SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

CONTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO, CAPACIDADE ABSORTIVA E INTENÇÃO EMPREENDEDORA: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA NO CENÁRIO SUCESSÓRIO FAMILIAR

CRISTIANE KRÜGER [*]
BRUNA BERNARDI [**]
ESTER ESCALANTE PEITER [***]
CLÁUDIA DE FREITAS MICHELIN[****]
ANTONIO ZANIN[*****]

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a relação entre a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora no cenário da sucessão familiar no agronegócio. Para tanto, adotou-se uma metodologia quantitativa, descritiva e de levantamento, com aplicação de questionário em uma amostra composta por 128 produtores rurais gaúchos. Para a análise dos dados utilizou-se de estatística descritiva, correlação e regressão. A maior parte da amostra é composta pelo sexo masculino, entre 41 e 60 anos, são casados, possuem em média dois filhos, são formados em nível superior, trabalham em outra atividade em paralelo à atividade rural e não são associados de cooperativas. Além disso, os resultados indicam que a intenção empreendedora dos produtores se associa positivamente à sucessão familiar, enquanto a capacidade de absorver novos conhecimentos e práticas se relaciona à aprendizagem e à inovação no contexto rural. Ainda, revela-se que para a amostra pesquisada a Contabilidade do Agronegócio influencia negativamente a sucessão familiar, sugerindo a necessidade de adaptações, enquanto a intenção empreendedora apresentou impacto positivo nesse processo. Em relação ao modelo analisado, verificou-se que as variáveis incluídas explicam um percentual relativamente baixo da sucessão, indicando que esse fenômeno é multidimensional e também pode ser influenciado por fatores familiares, patrimoniais, geracionais, culturais e contextuais.

Palavras-chave: Sucessão; Contabilidade; Empreendedorismo; Capacidade Absortiva.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relationship between Agribusiness Accounting, absorptive capacity, and entrepreneurial intention in the context of family succession in agribusiness. To this end, a quantitative, descriptive, and survey-based methodology was adopted, with the application of a questionnaire to a sample of 128 rural producers from Rio Grande do Sul, Brazil. Data were analyzed using descriptive statistics, correlation, and regression. Most of the sample was composed of male respondents, aged between 41 and 60 years, married, with an average of two children, holding a higher education degree, working in another activity alongside rural activity, and not affiliated with cooperatives. In addition, the results indicate that producers' entrepreneurial intention is positively associated with family succession, while the ability to absorb new knowledge and practices is related to learning and innovation in the rural context. Furthermore, for the sample investigated, Agribusiness Accounting was found to negatively influence family succession, suggesting the need for adaptations, while entrepreneurial intention has a positive impact on this process. Regarding the analyzed model, the variables included explain a relatively low percentage of succession, indicating that this phenomenon is multidimensional and may also be influenced by family, asset-related, generational, cultural, and contextual factors.

Keywords: Succession; Accounting; Entrepreneurship; Absorptive Capacity.

Recebido em: 30-07-2025 Aceito em: 29-04-2026

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a contabilidade tem se destacado como uma ferramenta de alto poder informacional para a gestão das organizações. No cenário do agronegócio, a Contabilidade do Agronegócio desempenha um papel relevante na gestão das propriedades rurais, ao fornecer informações que auxiliam no controle, no

[*] Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e Mestra em Administração pela UFSM. Email: cristiane.kruger@ufsm.br.
[**] Mestra em Ciências Contábeis pela UFSM.
[***] Mestranda em Ciências Contábeis pela UFSM.
[****] Doutora em Administração. Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Administração e Ciências Contábeis da UFSM.
[*****] Doutor em Engenharia de Produção. Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFSM.

planejamento e na tomada de decisão (SOUZA et al., 2020). Dessa forma, Crepaldi (2016) afirma que a Contabilidade do Agronegócio tem como um de seus principais objetivos o controle do patrimônio de empresas rurais, apurando o resultado e disponibilizando informações relevantes para seus usuários. Nesse sentido, sua utilização pode contribuir para que os produtores rurais compreendam melhor a situação econômica, financeira e patrimonial da propriedade, favorecendo decisões relacionadas à continuidade das atividades.

Apesar de sua relevância, a utilização da contabilidade no meio rural ainda apresenta limitações, especialmente quando restrita ao atendimento de exigências fiscais. Estudos indicam que muitos produtores rurais não utilizam plenamente as informações contábeis como instrumento gerencial, o que pode dificultar o acompanhamento dos custos, receitas, investimentos e resultados da atividade rural (SOUZA et al., 2020; SANTOS et al., 2020). Assim, investigar a Contabilidade do Agronegócio no contexto da sucessão familiar torna-se relevante, uma vez que a continuidade das propriedades rurais depende não apenas da transferência patrimonial, mas também da capacidade de gestão, planejamento e tomada de decisão entre gerações.

Além da utilização da contabilidade como uma ferramenta de gestão, é necessário considerar a capacidade dos produtores rurais de reconhecer, assimilar e aplicar novos conhecimentos no cotidiano da propriedade. Neste contexto, insere-se a capacidade absortiva, entendida como a capacidade do indivíduo de adquirir, transformar e utilizar conhecimentos para melhorar práticas e processos de gestão (MICHEELS; NOLAN, 2016). Estudos apontam que capacidade absortiva varia entre cada indivíduo, e pode influenciar sua adaptação a mudanças, inovação e aprendizagem, podendo ser analisada tanto no nível organizacional quanto individual (SANTOS et al., 2021a).

No agronegócio, a capacidade absortiva ganha relevância porque as propriedades rurais estão inseridas em um ambiente marcado por mudanças tecnológicas, produtivas, climáticas e mercadológicas. Assim, a capacidade de reconhecer e aplicar novos conhecimentos pode auxiliar os produtores na adaptação das práticas de gestão, na incorporação de tecnologias, na melhoria dos processos produtivos e na busca por alternativas para a continuidade da atividade rural. Dessa forma, a capacidade absortiva contribui para compreender como os produtores lidam com novas informações e transformações no campo, especialmente em contextos que exigem aprendizagem, inovação e adaptação.

Neste contexto, insere-se outro pilar dessa pesquisa, a intenção empreendedora, que pode ser definida como um conjunto de habilidades e o desejo de empreender de cada pessoa (MUNZLINGER et al., 2021). Conforme Tomei e Souza (2014), os produtores rurais podem ser compreendidos como agentes do empreendedorismo, pois, mesmo diante das adversidades operacionais, econômicas e ambientais, possuem a intenção de começar ou dar seguimento a um negócio. No contexto da sucessão familiar, a intenção empreendedora pode indicar a predisposição dos produtores ou sucessores em permanecer no negócio rural, inovar e assumir responsabilidades relacionadas à continuidade da propriedade (COSTA et al., 2015).

A sucessão familiar, por sua vez, é reconhecida como um processo fundamental para a sobrevivência das propriedades rurais, pois possibilita a continuidade das atividades e a passagem entre gerações (Costa et al., 2015). Conforme ressaltado por Krüger et al. (2022a), a sucessão familiar é importante para garantir a continuidade e o desenvolvimento das atividades no agronegócio, envolvendo aspectos econômicos, organizacionais, familiares e pessoais. Dessa forma, a sucessão rural deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, influenciado por fatores gerenciais, comportamentais, familiares e contextuais.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar como a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora se relacionam com a sucessão familiar rural. A contabilidade pode fornecer informações úteis para o planejamento e a tomada de decisão; a capacidade absortiva pode favorecer a aprendizagem e a adaptação dos produtores e sucessores; e a intenção empreendedora pode indicar a disposição para continuidade e desenvolvimento do negócio familiar. Assim, a análise conjunta desses constructos permite compreender de forma mais ampla os fatores que podem contribuir para a continuidade das propriedades rurais familiares.

Diante do exposto, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: qual a relação entre a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora no cenário da sucessão familiar no agronegócio? Para responder a essa questão, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora no cenário da sucessão familiar no agronegócio.

A pesquisa se justifica pela necessidade premente de compreender melhor como esses fatores interagem no contexto do agronegócio, influenciando o processo de sucessão e a gestão das propriedades rurais. Como ressaltado por Souza et al. (2020), embora a contabilidade possa fornecer transparência financeira e orientar as decisões dos produtores rurais, sua adoção ainda é limitada no setor. Além disso, a sucessão familiar apresenta desafios, como a preparação dos sucessores e a manutenção da continuidade dos negócios. Deste modo, investigar a relação entre contabilidade, capacidade absortiva, intenção empreendedora, e sucessão familiar pode fornecer informações para a gestão eficaz das propriedades rurais.

Além de fornecer uma compreensão mais profunda das interações entre os constructos estudados,

esta pesquisa pode destacar a importância da Contabilidade do Agronegócio na gestão das propriedades rurais e no processo de sucessão familiar. Conforme enfatizado por Santos et al. (2020), a contabilidade pode ajudar os produtores rurais a enfrentar desafios financeiros com mais transparência e eficácia. Ao investigar essas relações, este estudo pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a gestão e continuidade das atividades no agronegócio.

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos, com a presente introdução. A seguir o referencial teórico é apresentado, dividido em quatro subcapítulos, a fim de demonstrar conceitos importantes para a compreensão do leitor. Além disso, o terceiro capítulo demonstra como a pesquisa foi elaborada, por meio da Metodologia. Após isto, os resultados encontrados serão expostos. Por fim, a Conclusão é apresentada, seguida pelas referências utilizadas na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade do Agronegócio

A Contabilidade é considerada um dos trabalhos mais antigos da humanidade, por mais que não possa ter a precisão de seu surgimento, se estabelece que sua origem reporta ao começo das instituições governamentais, quando os homens de Estado precisavam registrar o patrimônio público (TORRES et al., 2023). Dentre as diferentes especialidades da Contabilidade encontra-se a Contabilidade do Agronegócio (CREPALDI, 2016). A Contabilidade do Agronegócio pode ser definida como uma ferramenta de apoio à gestão dos produtores rurais, sendo capaz de evidenciar e apontar os resultados obtidos por cada um dos processos operacionais das propriedades (KRÜGER et al., 2020). Crepaldi (2016) conceitua este ramo da Contabilidade como uma área que busca atender o ramo da agricultura, pecuária, zootecnia e agroindústrias. Aponta-se aqui, que a Contabilidade do Agronegócio possui a capacidade de auxílio em diversos pontos da empresa rural, com finalidades diretamente ligadas ao controle e planejamento (OLIVEIRA Jr. et al., 2023).

Neste estudo optou-se por explorar a Teoria da Relevância da Informação (TRI), visto que se possui a intenção de identificar como contabilidade pode influenciar o processo de sucessão familiar rural (KRÜGER et al., 2022a). A TRI parte do entendimento de que a informação contábil deve ser útil aos usuários, especialmente quando contribui para a tomada de decisão (KAPLAN, 1994). Com base na NBC TG Estrutura Conceitual (CFC, 2019), a relevância constitui uma característica qualitativa fundamental da informação contábil-financeira, sendo observada quando a informação possui capacidade de influenciar decisões, seja por meio de valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. O valor preditivo está relacionado à possibilidade de auxiliar os usuários na projeção de cenários futuros, enquanto o valor confirmatório permite avaliar ou revisar expectativas e decisões anteriores. Além disso, a materialidade está associada à relevância, pois uma informação é considerada material quando sua omissão ou distorção pode afetar as decisões dos usuários.

No contexto da Contabilidade do Agronegócio, essa abordagem teórica permite compreender a informação contábil como um recurso de apoio à gestão das propriedades rurais. A contabilidade do agronegócio fornece informações seguras e claras para a tomada de decisão, contribuindo para o controle patrimonial, a apuração de resultados e o acompanhamento das atividades agropecuárias (Crepaldi, 2016). Além disso, quando utilizada como ferramenta gerencial, e não apenas para fins fiscais, possibilita ao produtor rural acompanhar custos, receitas, despesas, investimentos e resultados, favorecendo o planejamento e o controle da propriedade (Marion, 2020; Oliveira Júnior et al., 2023). Dessa forma, a informação contábil relevante pode auxiliar produtores e sucessores na avaliação da situação econômica, financeira e patrimonial da propriedade, contribuindo para decisões relacionadas à continuidade da atividade, à profissionalização da gestão e ao processo de sucessão familiar rural.

Em síntese, a TRI sustenta que a informação contábil deve ser útil, confiável e capaz de influenciar decisões, assumindo papel gerencial quando auxilia os usuários na interpretação da realidade econômica, financeira e patrimonial da propriedade.Além das contribuições já apresentadas, destaca-se que a Contabilidade do Agronegócio também está intrinsecamente ligada à profissionalização da gestão no campo, contribuindo para uma administração baseada em dados concretos. Conforme Bernardi (2024), sua adoção permite que os produtores familiares conheçam não apenas os custos e receitas, mas também os indicadores de desempenho econômico e patrimonial, favorecendo o planejamento sucessório. A autora argumenta que a Contabilidade do Agronegócio, quando compreendida pelos sucessores, fortalece a visão estratégica e assegura a sustentabilidade das propriedades ao longo do tempo.

2.2 Capacidade Absortiva

Os primeiros conceitos sobre a capacidade absortiva foram apresentados pelos autores Cohen e Levinthal (1990), no qual afirmavam que a capacidade das empresas em identificar, assimilar e explorar conhecimentos, transformando-os em informações úteis. Zahra e George (2002), ampliaram a definição, no

qual atribuem que ela é composta por rotinas e processos organizacionais no qual as empresas, adquirem, assimilam transforam e exploram o conhecimento.

Para Santos et al. (2021b), a capacidade de absorção pode ser abordada em dois níveis, sendo estes o organizacional e o individual. Segundo os autores, o nível organizacional precede o nível individual, dependendo das habilidades e conhecimentos dos indivíduos que o compõem, sendo essencial investir em recursos humanos para desenvolver sua capacidade de absorção individual. Já o nível individual está associado à memória associativa, contribuindo para o aprimoramento do processo de aprendizagem de cada pessoa (SANTOS et al., 2021b).

No aspecto teórico, nesta pesquisa, optou-se por adotar a Capacidade de Absorção Individual à luz da Teoria da Capacidade de Absorção (TCA). Essa teoria investiga como organizações e indivíduos podem adquirir, assimilar, transformar e explorar novos conhecimentos e tecnologias (COHEN; LEVINTHAL, 1990). No contexto da sucessão familiar rural, a capacidade de absorção individual pode ser determinante para a adaptação a mudanças e inovações.

A capacidade absortiva individual é reconhecida como elemento essencial para o processo de aprendizado e inovação no ambiente rural, influenciando diretamente a adaptabilidade dos produtores diante de novos desafios. Conforme Lowik, Kraaijenbrink e Groen (2016), esse constructo envolve a habilidade de reconhecer o valor da informação externa, assimilá-la e aplicá-la de forma produtiva. No contexto da sucessão rural, essa aptidão permite que os sucessores integrem conhecimentos herdados com novas práticas, promovendo um ambiente propício à inovação contínua. Santos et al. (2021a) reforçam que a capacidade de absorção está intimamente ligada ao capital humano e ao ambiente familiar, sendo um fator determinante na transição bem-sucedida entre gerações no campo.

2.3 Intenção Empreendedora

Entre as diversas teorias que guiam a intenção empreendedora, destaca-se a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) de Ajzen (1991). Apresentada por Icek Ajzen em 1985, é uma teoria amplamente reconhecida devido à sua disseminação e capacidade de explicar e prever o comportamento humano (KRÜGER et al., 2023b). A TCP postula que a intenção de agir de um indivíduo é crucial para seu comportamento, e quanto mais forte essa intenção, maior a probabilidade de seu comportamento ser efetivado (AJZEN, 1991).

A TCP é composta por três aspectos principais: identificação dos determinantes do comportamento, planejamento de intervenção para mudança de comportamento e avaliação da eficácia da intervenção para mudança de comportamento (FEISHBEIN; AJZEN, 2010). A partir da TCP de Ajzen (1991), Liñán e Chen (2009) desenvolveram um instrumento para medir a intenção empreendedora, conhecido como Questionário de Intenção Empreendedora (QIE). Esse questionário permite avaliar a percepção do comportamento empreendedor do indivíduo em diversas situações.

O QIE de Liñán e Chen (2009) é composto por várias dimensões, incluindo a atitude pessoal, que mede o quanto o indivíduo valoriza o empreendedorismo; a norma subjetiva, relacionada à pressão social percebida para adotar comportamentos empreendedores; o controle comportamental percebido, que avalia a facilidade ou dificuldade percebida em adotar determinados comportamentos; e a intenção empreendedora, que influencia os indivíduos a empreenderem e está relacionada à percepção de controle e características pessoais (BERNARDO; RAMOS; VILS, 2019; FLAVIANO et al., 2019). Esta pesquisa visa a avaliação da dimensão de intenção empreendedora dos produtores rurais pesquisados, com base na abordagem de Liñán e Chen (2009).

Nesse sentido, a intenção empreendedora no meio rural vai além da abertura de novos negócios, estando relacionada à disposição dos indivíduos em dar continuidade à atividade agrícola com visão de futuro e inovação. Segundo Paiva et al. (2018), trata-se de um processo de natureza comportamental, influenciado por fatores internos como motivação e autoconfiança, e externos, como apoio familiar e contexto socioeconômico. Ajzen (1991), por meio da TCP, enfatiza que a intenção é um antecedente direto do comportamento, sendo impulsionada por atitudes, normas subjetivas e controle percebido. Assim, no meio rural, a presença de uma forte intenção empreendedora entre os sucessores pode representar um indicativo de continuidade e transformação positiva da atividade agrícola.

2.4 Sucessão familiar

A sucessão familiar é uma questão contemporânea e complexa para o meio rural, pois envolve mais do que a transferência patrimonial ou de poder entre gerações, abrangendo também aspectos familiares, gerenciais, afetivos e produtivos (Breitenbach; Troian, 2020; Rosa; Friske, 2023). No contexto rural, a sucessão pode ser compreendida como um processo socialmente construído, que se inicia com a preparação do sucessor para atender às expectativas da família quanto à continuidade das atividades da propriedade

(Abdala; Binotto; Borges, 2021). Dessa forma, não se trata de um evento isolado, mas de uma relação contínua entre gerações, marcada pela transmissão de conhecimentos, responsabilidades e vínculos com a atividade rural (Andrade Filho, 2015; Passos et al., 2006).

Historicamente, o processo sucessório rural também foi influenciado por transformações sociais e produtivas no campo. Entre as décadas de 1950 e 1980, o êxodo rural intensificou a migração de famílias e jovens para os centros urbanos, reduzindo a permanência das novas gerações nas atividades agropecuárias (Portela; Vesentini, 2009). Nas últimas décadas, entretanto, a modernização do campo, associada ao uso de tecnologias, máquinas, insumos e novos processos produtivos, tem alterado a dinâmica das propriedades rurais, criando novas oportunidades e desafios para a permanência dos produtores na atividade (Bittencourt, 2020). Nesse contexto, a sucessão familiar rural passou a exigir não apenas vínculo familiar com a propriedade, mas também planejamento, capacitação, inovação e condições para que os sucessores visualizem perspectivas de continuidade no campo.

Em termos teóricos, a pesquisa adotou a Teoria do Ciclo de Vida da Empresa Familiar (TCVEM), a qual compreende que as empresas familiares passam por diferentes estágios ao longo do tempo, envolvendo fases de criação, crescimento, maturidade, transição e continuidade entre gerações (WARD, 1998; WARD, 2004). Essa abordagem permite analisar a sucessão não como um evento pontual, mas como um processo gradual, influenciado pelo estágio em que a família e a propriedade se encontram, pelas relações entre fundador e sucessores, pelo nível de profissionalização da gestão e pela preparação das novas gerações para assumir responsabilidades no negócio.

A partir dessa teoria, entende-se que a continuidade da empresa familiar depende da capacidade da família em planejar a transição de forma antecipada, reduzindo conflitos, definindo papéis e preparando os sucessores para a gestão. No contexto rural, essa perspectiva é especialmente relevante, pois a propriedade familiar não representa apenas uma unidade econômica, mas também um espaço de convivência, identidade, trabalho e transmissão de valores entre gerações (WARD, 1998; WARD, 2004). Assim, a sucessão familiar rural envolve tanto a transferência da gestão e do patrimônio quanto a continuidade dos conhecimentos, práticas produtivas e vínculos familiares construídos ao longo do tempo.

Nesse sentido, a TCVEM contribui para compreender os desafios enfrentados pelas propriedades rurais em diferentes momentos de sua trajetória (WARD, 1998; WARD, 2004). Nas fases iniciais, a gestão tende a estar concentrada no fundador ou na geração mais antiga; à medida que a propriedade amadurece, torna-se necessário inserir os sucessores nas decisões, ampliar sua participação na gestão e estruturar mecanismos de planejamento para garantir a continuidade do negócio. Dessa forma, a ausência de planejamento sucessório pode comprometer a permanência dos jovens no campo e a continuidade da atividade rural, enquanto a preparação gradual dos sucessores favorece a estabilidade e o desenvolvimento da propriedade familiar.

Para Bühler e Oliveira (2023), um dos maiores desafios contemporâneos reside na permanência dos jovens no campo, o que demanda estratégias que conciliem tradição e inovação. Keating e Little (1997) destacam a importância de acordos antecipados sobre o processo sucessório, permitindo que os envolvidos adquiram conhecimento e reconheçam responsabilidades dentro da propriedade. Quando planejada adequadamente, a sucessão não apenas assegura a continuidade das atividades, mas também fortalece o vínculo entre as gerações, resultando em maior estabilidade e desenvolvimento sustentável da unidade familiar rural (BERNARDI, 2024).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como quantitativa quanto à abordagem, descritiva quanto ao objetivo e de levantamento quanto aos procedimentos. A população da pesquisa é composta por produtores rurais que fazem parte da carteira de clientes de dois escritórios de contabilidade de Alegrete/RS, totalizando 180 produtores distribuídos na região oeste do Rio Grande do Sul. Salienta-se que um dos escritórios de contabilidade pesquisados é composto apenas por clientes rurais, e é visto como referência pela comunidade local, atuando a mais de 20 anos no mercado. O outro escritório atua com empresas comerciais e rurais, com expressivo número de clientes, e está há quase quinze anos no mercado, o que justifica a delimitação da população pesquisada.

Estes produtores estão localizados na região oeste do Rio Grande do Sul, compreendida pelos municípios de: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. Os escritórios aceitaram participar da pesquisa fornecendo o contato dos produtores, por meio da qual a coleta dos dados foi realizada. Essa delimitação ocorreu por acessibilidade, considerando as dificuldades de acesso a produtores rurais para fins de pesquisa, conforme apontado por Dantas et al. (2018), bem como a viabilidade de contato proporcionada pela intermediação dos escritórios de contabilidade.

A amostra mínima calculada corresponde a 123 respostas para um nível de confiança de 95% e um erro amostral de 5%. Dessa forma, foram coletadas 142 respostas no total, destas, 14 foram excluídas devido

a questões não respondidas, totalizando a amostra final de 128 respostas válidas. A coleta dos dados desta pesquisa foi realizada com produtores rurais, conforme descrito anteriormente, no período de fevereiro de 2024, por meio de questionário presencial.

O instrumento é composto por dois blocos principais, no qual o primeiro busca coletar informações sobre a caracterização do perfil dos pesquisados, enquanto o segundo apresenta assertivas já validadas relacionadas às dimensões do escopo de estudo. A partir das informações obtidas por meio das questões do Bloco I foi possível determinar o perfil dos produtores rurais da região oeste do Rio Grande do Sul, especialmente quanto às atividades rurais que exercem, o formato de utilização da terra, a escolaridade, o tempo de atuação como produtor rural, se exerce outra atividade além da atividade rural e se é cooperado de alguma cooperativa.

Para os constructos de Contabilidade do Agronegócio e sucessão familiar rural as variáveis utilizadas advém da pesquisa de Krüger et al. (2023a), que foi desenvolvido por Kruger, Cecchin e Moraes (2020) e Kruger et al. (2018). Para a dimensão de capacidade absortiva individual utilizou-se a escala desenvolvida por Nodari (2013). Ainda, para a dimensão de intenção empreendedora adotou-se a escala de Liñán e Chen (2009), validado no Brasil por Couto, Mariano e Mayer (2010) e Hecke (2011). O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas para cada dimensão pesquisada no segundo bloco do questionário.

Quadro 1 – Constructos, variáveis e siglas de pesquisa

Sigla	Contabilidade do Agronegócio
CR1	A contabilidade auxilia os produtores por meio de informações sobre os resultados econômicos e financeiros e controle patrimonial da atividade rural.
CR2	Por meio da contabilidade (como adoção do controle de caixa) são obtidas informações sobre as despesas/custos e receitas, permitindo apurar o resultado da atividade rural.
CR3	A gestão da propriedade e continuidade das atividades rurais é melhorada com o uso da contabilidade.
CR4	A contabilidade auxilia na transferência do capital do fundiário entre os sucessores.
CR5	Os aspectos tributários são mais bem avaliados com a utilização da contabilidade.
CR6	A contabilidade contribui para o planejamento de curto e longo prazo da propriedade rural.
CR7	Propicia maior conhecimento do produtor rural para a tomada de decisão.
	Sucessão familiar rural
SFR1	Quando não puder mais atuar na atividade, provavelmente os filhos/netos/sobrinhos continuarão a produção no meio rural.
SFR2	Vejo os filhos/netos/sobrinhos como sucessores na área rural, pois demonstram interesse em continuar na atividade.
SFR3	O tamanho da propriedade é suficiente, assim os filhos/netos/sobrinhos não precisam comprar áreas para continuarem na atividade rural.
SFR4	A sucessão na atividade rural ocorre/ocorrerá gradualmente, conforme o sucessor estiver pronto para assumir as responsabilidades.
SFR5	Quanto tiver uma renda garantida (aposentadoria), será um estímulo para o sucessor assumir o comando da propriedade.
SFR6	A família discute a sucessão da propriedade e da atividade rural.
SFR7	Na família já se tem um sucessor definido para continuar a atividade rural.
	Capacidade Absortiva Individual
CAI1	Utilizo o conhecimento existente frequentemente na atividade rural familiar.
CAI2	Reconheço o valor de uma nova informação ou de um novo conhecimento para a atividade rural familiar que desempenho.
CAI3	Vínculo o meu conhecimento e da minha família à experiência de outras propriedades rurais familiares.
CAI4	Integro as diversas opiniões dos entes familiares e colaboradores na atividade rural.
CAI5	Na atividade rural, eu e minha família aplicamos conhecimentos existentes na criação de novos conhecimentos.
	Intenção Empreendedora
IE1	Estou pronto para fazer qualquer coisa para ser um empreendedor do agronegócio
IE2	Meu objetivo profissional é ser empreendedor rural
IE3	Farei todos os esforços para gerenciar minha própria empresa/propriedade rural
IE4	Estou determinado a gerir uma propriedade rural no futuro
IE5	Penso seriamente em abrir/manter a atividade rural
IE6	Tenho a firme intenção de abrir/seguir na atividade rural

Fonte: Elaborado a partir de Krüger et al. (2023a), Liñán e Chen (2009) e Nodari (2013).

As questões do Quadro 1 foram respondidas pelos produtores rurais conforme uma escala tipo *Likert*, correspondendo a seguinte gradação: 1 = Discordo Totalmente, 2 = Discordo Parcialmente, 3 = Indiferente (Nem Concordo, Nem Discordo), 4 = Concordo Parcialmente e 5 = Concordo Totalmente, de acordo com a percepção do respondente diante de cada uma das 25 assertivas que compõem o instrumento. Sendo atribuído 0 quando a situação não se aplica ou o produtor não sabe responder. O questionário possui questões elaboradas com o intuito de conhecer as características dos produtores e suas propriedades, bem como,

questões para a futura análise dos constructos da pesquisa, ou seja, relacionadas à contabilidade do agronegócio, intenção empreendedora, capacidade absortiva individual e sucessão familiar rural. Na sequência os procedimentos de análise dos dados são detalhados.

A partir da coleta, os dados foram tabulados no Microsoft Office Excel® e, após conferência, importados para o software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS®. Inicialmente, verificou-se a normalidade dos dados por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, considerando-se o nível de significância de 5%. Em seguida, procedeu-se à análise de correlação dos constructos. Além disso, realizou-se regressão linear múltipla, técnica estatística que permite analisar a influência conjunta de variáveis independentes sobre uma variável dependente, estabelecendo uma relação linear entre elas com finalidade explicativa e preditiva (HAIR Jr. et al., 2009).

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os requisitos éticos do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sendo aprovada sob o CAAE nº 76898724.6.0000.5346. Foram adotados procedimentos voltados à preservação da confidencialidade dos dados e à participação voluntária dos respondentes, assegurando aos produtores rurais o direito de retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalização. As informações coletadas foram utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

4 RESULTADOS

4.1 O perfil dos produtores rurais

Aqui apresenta-se o perfil dos 128 produtores rurais pesquisados, de acordo com idade, gênero, estado civil, filhos e escolaridade, apontados na amostra final. Assim, a Tabela 1 apresenta parte dos resultados.

Tabela 1 – Perfil dos produtores rurais

Idade			**Gênero**		
de 25 a 30 anos	1	0,78%	Feminino	35	27,34%
de 31 a 40 anos	24	18,75%	Masculino	93	72,66%
de 41 a 60 anos	58	45,31%			
Mais de 60 anos	45	35,16%			
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**
Filhos			**Estado Civil**		
1 Filho	23	17,97%	Casado (a)	91	71,09%
2 Filhos	46	35,94%	Separado (a)	1	0,78%
3 Filhos	24	18,75%	Solteiro (a)	24	18,75%
4 Filhos	3	2,34%	União Estável	3	2,34%
Mais de 4 filhos	2	1,56%	Viúvo (a)	9	7,03%
Não tem filhos	30	23,44%			
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**
Escolaridade	**Nº**	**%**	**Escolaridade**	**Nº**	**%**
Curso superior concluído	63	49,22%	Fundamental incompleto	8	6,25%
Curso superior em andamento	3	2,34%	Ensino médio completo	37	28,91%
Curso técnico concluído	2	1,56%	Ensino médio incompleto	1	0,78%
Fundamental completo	13	10,16%	Pós-graduando	1	0,78%
			Total	**128**	**100%**
Categoria	**Nº**	**%**	**Exerce outra atividade**	**Nº**	**%**
Pessoa física	126	98,44%	Sim	72	56,25%
Pessoa jurídica	2	1,56%	Não	56	43,75%
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**
Cooperado	**Nº**	**%**	**Cooperado**	**Nº**	**%**
Sim	43	33,59%	Prefiro não responder	1	0,78%
Não	84	65,63%	**Total**	**128**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme a Tabela 1, percebe-se uma concentração de indivíduos nas faixas etárias de 41 a 60 anos (45,31%) e mais de 60 anos (35,16%), o que aponta a maioria dos produtores rurais da amostra como pessoas mais velhas. A baixa representação de indivíduos entre 25 e 30 anos (0,78%) sugere que os jovens estão menos presentes na atividade agrícola, o que se repete na região central do Rio Grande do Sul (KRÜGER et al., 2022a). Observa-se que o envelhecimento da população rural pode ser reflexo do êxodo rural dos jovens, que muitas vezes buscam na cidade oportunidades de atuação mais rentáveis e menos desgastantes (SANTOS; KIELING, 2020).

No que diz respeito ao gênero, observa-se uma disparidade significativa, com 72,66% dos produtores sendo do sexo masculino e apenas 27,34% do sexo feminino, essa desproporção de gênero foi encontrada em outras pesquisas com produtores rurais (KRÜGER et al., 2022a; KRÜGER et al., 2023a). Nesse aspecto,

Schneider et al. (2020) coloca que, apesar de ainda serem minoria, nas últimas décadas ocorre um crescimento da representatividade feminina no meio rural.

A análise do número de filhos dos produtores rurais revela que uma parcela considerável (35,94%) tem dois filhos, seguida por aqueles que não têm filhos (23,44%). A pesquisa de Kruger, Cecchin e Mores (2020), evidenciou que a maioria produtores rurais também possuía dois filhos, os autores reforçam que é relevante que os produtores rurais já falem sobre a sucessão familiar, incentivando que se dê continuidade para a empresa rural. Ainda, quanto ao estado civil, a maioria é casada (71,09%), o que pode sugerir uma estrutura familiar tradicional, ainda a presença de indivíduos solteiros (18,75%) e viúvos (7,03%) pode indicar uma diversidade nas estruturas familiares e nas dinâmicas de gestão das propriedades rurais.

Para a escolaridade dos produtores (Tabela 1), a maior significância é a de nível superior completo, com 63 respostas, ou seja, quase metade dos produtores pesquisados possuem graduação (49,22%). Resultado semelhante foi encontrado por Krüger et al (2023a), o que demonstra a qualificação no meio rural, uma categoria muitas vezes menosprezada quando se remete à educação. Binotto, Nakayama e Siqueira (2013) reforçam a necessidade de capacitação dos produtores rurais, por meio da qual, conseguem realizar de modo mais satisfatório as atividades rurais e a gestão dos seus empreendimentos.

Quando questionados sobre qual curso cursaram, as áreas em destaque foram Medicina Veterinária e Administração, além de Medicina e Direito, outras áreas (em menores quantidades também foram citadas, sendo pedagogia e cursos técnicos os de menores frequências). Verifica-se que, mesmo possuindo formações em cursos voltados à área rural, atividades profissionais bem distintas foram citadas, advindas de áreas como a saúde ou a engenharia. Nesse ponto, Gilson, Gilson e Silva (2022) apontam que a capacitação profissional é um tema relevante para o sucesso do agronegócio, contribuindo inclusive para o processo sucessório, para os autores, quanto maior o nível escolar, maior é a renda familiar.

A maioria dos produtores rurais no oeste do Rio Grande do Sul opera como pessoa física (98,44% CPF), a vantagem da atuação sob a personalidade física advém da possibilidade de compensação do prejuízo, assim como, quando incorre lucro, os impostos incorridos geralmente são inferiores ao Lucro Real (MARION, 2020). Cerca de 56,25% dos produtores também exercem outra atividade econômica, indicando uma estratégia comum de diversificação de renda (FONTOURA et al., 2022). Enquanto, a baixa adesão à cooperação (33,59%) sugere oportunidade para a colaboração entre os produtores, visando melhorias na competitividade e sustentabilidade do setor agrícola regional (AMBRÓS et al., 2019).

4.2 As Propriedades Rurais do Oeste Gaúcho

No que se refere às atividades exploradas pelos produtores rurais, a Tabela 2 apresenta as culturas e atividades zootécnicas informadas pelos participantes no Bloco I do instrumento de pesquisa, destinado à caracterização do perfil dos respondentes e das propriedades.

Tabela 2 – Atividades desempenhadas

Atividades desempenhadas de modo exclusivo		
cultura de arroz	6	4,69 %
cultura de milho	3	2,34 %
cultura de soja	1	0,78 %
cultura de arroz, cultura de milho	1	0,78 %
cultura de soja, cultura de arroz	5	3,91 %
cultura de soja, cultura de arroz, cultura de milho	4	3,13 %
produção de leite	4	3,13 %
ovinocultura	2	1,56 %
pecuária	62	48,44 %
Total	**88**	**68,75%**
Atividades desempenhadas em conjunto com outras atividades rurais		
pecuária, cultura de arroz	5	3,91 %
pecuária, cultura de milho	1	0,78 %
pecuária, cultura de milho, ovinocultura	1	0,78 %
pecuária, cultura de soja	1	0,78 %
pecuária, cultura de soja, cultura de arroz	14	10,94 %
pecuária, cultura de soja, cultura de arroz, cultura de milho	6	4,69 %
pecuária, cultura de soja, cultura de arroz, cultura de milho, ovinocultura	1	0,78 %
pecuária, cultura de soja, cultura de arroz, ovinocultura	1	0,78 %
pecuária, ovinocultura	9	7,03 %
pecuária, produção de leite	1	0,78 %
Total	**40**	**31,25%**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As atividades foram agrupadas a partir das respostas dos produtores, considerando as culturas agrícolas e criações desenvolvidas nas propriedades (Tabela 2). A distinção entre atividades desenvolvidas de modo exclusivo e atividades executadas em conjunto refere-se à dedicação profissional do respondente: no primeiro caso, o produtor atua exclusivamente na atividade rural; no segundo, exerce outra profissão ou ocupação além da agricultura.

As atividades exclusivas dos produtores rurais na região são variadas, conforme a Tabela 2, a maioria dos produtores está envolvida exclusivamente na pecuária, sendo o RS, o sétimo maior em pecuária no Brasil (IBGE, 2021). A pecuária é combinada com o arroz e a soja, sugerindo uma estratégia para maximizar os recursos disponíveis nas propriedades rurais (FONTOURA, 2022). A Tabela 3 mostra as pessoas que residem e trabalham na propriedade, o faturamento anual, o tempo na atividade rural, o tamanho da propriedade e geração familiar dos pesquisados.

Tabela 3 – Pessoas que residem e trabalham na propriedade

N. pessoas que residem e trabalham na propriedade	**Nº**	**%**	**Faturamento anual (R$)**	**Nº**	**%**
1 pessoa	5	3,91 %	Até 50 mil	11	8,59 %
2 pessoas	23	17,97 %	De 51 mil a 250 mil	23	17,97 %
3 pessoas	21	16,41 %	De 251 mil a 550 mil	19	14,84 %
4 pessoas	10	7,81 %	De 551 mil a 750 mil	10	7,81 %
mais de 4 pessoas	65	50,78 %	De 751 mil a 1 milhão	9	7,03%
Nenhuma	4	3,13 %	Acima de 1 milhão	55	42,97 %
			Prefiro não responder	1	0,78 %
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**
Tempo na atividade	**Nº**	**%**	**Tamanho da propriedade**	**Nº**	**%**
menos de 5 anos	5	3,91 %	menos de 10 hectares	10	7,81 %
5 a 10 anos	14	10,94 %	11 a 50 hectares	22	17,19 %
11 a 15 anos	26	20,31 %	51 a 100 hectares	15	11,72 %
16 a 20 anos	14	10,94 %	101 a 500 hectares	31	24,22 %
21 a 25 anos	9	7,03 %	501 a 1.000 hectares	30	23,44 %
mais de 25 anos	60	46,88 %	mais de 1.000 hectares	20	15,63 %
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**

Geração que você está			**Geração da família**		
1ª geração (você iniciou)	13	10,16 %	1ª a 2ª geração	21	16,4 %
2ª geração (os pais iniciaram)	41	32,03 %	1ª a 3 ª geração	2	1,6 %
3ª geração (os avós iniciaram)	70	54,69 %	2ª a 3ª geração	31	24,2 %
4ª geração (os bisavós iniciaram)	4	3,13 %	3ª a 4ª geração	74	57,8 %
Total	**128**	**100%**	**Total**	**128**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na maioria das propriedades pesquisadas mais de quatro pessoas residem e trabalham na propriedade (Tabela 3). Tal fato pode também ser relacionado à quantidade de filhos dos respondentes, visto que a maioria possui dois filhos. Isso pode ser justificado visto que a maioria das propriedades rurais são familiares, atuando na personalidade física, o que também reflete o cenário nacional (NASCIMENTO; AQUINO; DELGROSSI, 2022).

Para o faturamento (Tabela 3), prevalecem aqueles que faturam mais de um milhão de reais anualmente, com a atividade explorada na propriedade, o que também reforça a classificação como grandes produtores rurais. Esse montante é motivado pelo tamanho das propriedades e pelas atividades desempenhadas (principalmente pecuária e arroz). Aqui, destaca-se que de acordo com a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do RS – SAPPSI (2022), Alegrete, que contempla muitos produtores pesquisados, constantemente é o município gaúcho com maior participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado (PIB menos o valor dos impostos), no segmento da Agropecuária. Isso justifica a predominância de faturamentos mais expressivos para os pesquisados.

Para o tempo de atividade nota-se que o maior índice se refere aos produtores com mais de 25 anos de atividade. Esse resultado, quando cruzado com a faixa etária geral, mais de 41 anos de idade, revela a experiência e a maturidade deles para gerir o negócio. Conforme Tomei e Souza (2014), maior tempo de atuação frente ao negócio pode demonstrar domínio de conhecimento das atividades, o que contribui para a continuidade das atividades.

Ainda, identificou-se que boa parte dos pesquisados podem ser classificados como grandes produtores rurais, quando possuem mais de 15 módulos fiscais (mais de 420ha, para a região pesquisadas) (INCRA, 2013). Há de se destacar que o tamanho da propriedade rural é uma característica que contribui ou dificulta a sucessão rural, visto que, propriedades menores demonstram mais percalços, devido à limitação do capital fundiário (KRUGER et al., 2018).

Alicerçado na Tabela 3, percebe-se que a maior quantidade, ou seja, 70 produtores rurais (54,69%) estão na 3ª geração. Deste modo, conforme os respondentes, a família reside entre a 3ª a 4ª geração,

resultado semelhante foi encontrado por Krüger et al. (2023a), o que demonstra que os produtores da amostra, possuem experiência na atividade. Além disso, sinaliza atenção quanto aos aspectos sucessórios, visto que, por exemplo, no estudo supracitado, a maioria dos pesquisados, no momento da pesquisa, ainda não tinha um sucessor definido. Nesse sentido, Alcântara e Machado Filho (2014) apontam que quando a sucessão familiar rural é planejada, incorrendo em comunicação sem ruídos entre os envolvidos, o processo sucessório tem chances de ocorrer de modo mais satisfatório, e os riscos da não continuidade da atividade rural diminuem.

4.3 Correlação das variáveis

A Tabela 4 apresenta o pressuposto básico da correlação, o teste de normalidade dos dados (HAIR Jr. et al., 2009), o qual mostra que os dados não seguem distribuição normal ($p < 0,05$) em ambos os testes.

Tabela 4 – Teste de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	**gl**	**Sig.**	**Estatística**	**gl**	**Sig.**
CR	0,44	128	0,000	0,444	128	0,000
SFR	0,111	128	0,001	0,956	128	0,000
CAI	0,458	128	0,000	0,487	128	0,000
IE	0,363	128	0,000	0,672	128	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Embora as variáveis não apresentem distribuição normal, utilizou-se a correlação de *Pearson* devido à sua robustez em amostras maiores e à suposição de relações lineares. Adicionalmente, foi calculada a correlação de *Spearman* como teste de robustez (HAIR Jr.; GABRIEL; PATEL, 2014). Apurou-se a confiabilidade dos constructos por meio do Alfa de *Cronbach*. Deste modo, todos os construtos, quais sejam, CR (0,959), CAI (0,854), IE (0,827) e SFR (0,838), obtiveram valores superiores a 0,7, confirmando a veracidade de que os construtos foram avaliados de modo consistente, visto que todos estão adequados (HAIR Jr.; GABRIEL; PATEL, 2014). Na sequência, apurou-se a correlação entre os constructos desse estudo (Tabela 5).

Tabela 5 – Correlações

Correlação *Pearson*				
Constructos	**CR**	**SFR**	**CAI**	**IE**
CR	1			
SFR	-0,16	1		
CAI	,224*	,131	1	
IE	,102	,243**	,445**	1
Correlação *Spearman*				
Constructos	**CR**	**SFR**	**CAI**	**IE**
CR	1			
SFR	-0,122	1		
CAI	,331**	0,134	1	
IE	,278**	,262**	,499**	1

*A correlação é sig. no nível de 0,05 (2 extremidades).
**A correlação é sig. no nível de 0,01 (2 extremidades).
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 5 mostra as relações entre as variáveis Contabilidade do Agronegócio (CR), Sucessão Familiar (SFR), Capacidade Absortiva Individual (CAI) e Intenção Empreendedora (IE). Observam-se correlações significativas ao nível de 1% e 5% entre parte dos constructos analisados, indicando associações estatisticamente relevantes entre as variáveis, conforme os parâmetros de significância adotados em estudos quantitativos (HAIR Jr. et al., 2009).

A análise revela que a Contabilidade do Agronegócio tem uma correlação positiva e significativa com capacidade absortiva ($r = 0,224$; $p < 0,05$), embora de baixa intensidade. Esse resultado indica maiores níveis de percepção sobre o uso da Contabilidade do Agronegócio estão associados a maiores níveis de capacidade de absorção de conhecimentos pelos produtores rurais. Sob a ótica da TRI, esse achado sugere que a informação contábil, quando compreendida e utilizada pelos produtores, pode contribuir para ampliar a capacidade de reconhecer, assimilar e aplicar novos conhecimentos no contexto da propriedade rural. Esse entendimento aproxima-se da discussão de Cohen e Levinthal (1990) e Zahra e George (2002), ao tratarem a capacidade absortiva como a habilidade de adquirir, assimilar, transformar e explorar conhecimentos, e de

Santos et al. (2021a), ao destacarem sua relevância no nível individual. Além disso, Bernardi (2024) ressalta que práticas contábeis adequadas podem apoiar decisões estratégicas no agronegócio e contribuir para a continuidade das propriedades rurais familiares.

Esse resultado também dialoga parcialmente com Krüger et al. (2023a), ainda que no referido estudo a contabilidade tenha sido validada como determinante positiva da sucessão rural, enquanto, nesta análise, sua associação significativa ocorreu com a capacidade absortiva individual. Assim, a relação encontrada pode indicar uma característica específica da amostra estudada, especialmente por se tratar de produtores vinculados a escritórios de contabilidade e localizados em uma região de forte tradição agropecuária. Nesse sentido, a familiaridade com informações contábeis pode estar associada a uma maior abertura para aprendizagem, adaptação e incorporação de novos conhecimentos na gestão rural.

Além disso, a correlação entre intenção empreendedora e sucessão familiar foi positiva e significativa ($r = 0,243$; $p < 0,01$), também com baixa intensidade (HAIR Jr. et al., 2009). Esse resultado indica que produtores com maior intenção empreendedora tendem a apresentar maior associação com aspectos relacionados à sucessão familiar rural. À luz da TCP, esse achado é coerente com Ajzen (1991), pois a intenção é compreendida como antecedente relevante do comportamento. Assim, a disposição para empreender, manter ou desenvolver a atividade rural pode favorecer o envolvimento dos produtores com a continuidade da propriedade familiar. Conforme Liñán e Chen (2009), a intenção empreendedora permite compreender a predisposição do indivíduo para assumir comportamentos empreendedores. No contexto rural, esse comportamento pode estar relacionado não apenas à criação de novos negócios, mas também à permanência, inovação e continuidade da atividade agropecuária. Para Faria e Oliveira (2023), o empreendedorismo integra a atividade no agronegócio, visto que por meio dele o indivíduo articula e planeja estratégias visando o desenvolvimento do negócio rural.

Ainda, a Tabela 5 indica correlação positiva e significativa entre capacidade absortiva individual e intenção empreendedora ($r = 0,445$; $p < 0,01$), com intensidade moderada, conforme os parâmetros de Hair Jr. et al. (2009). Esse resultado demonstra que produtores com maior capacidade de reconhecer, assimilar e aplicar novos conhecimentos também tendem a apresentar maior disposição empreendedora. Esse achado é coerente com Santos et al. (2021a), que apontam relação positiva entre capacidade absortiva individual e intenção empreendedora. Também se aproxima da perspectiva de Micheels e Nolan (2016), ao destacarem que a absorção de conhecimentos pode favorecer inovação e adaptação no meio rural. Os autores Ramos e Carrer (2020) destacam a relação do indivíduo com o empreendedorismo como determinante para a absorção de novas ideias. Portanto, os resultados sugerem que a aprendizagem, a abertura a novos conhecimentos e a capacidade de adaptação podem estar associadas à formação de uma postura mais empreendedora entre os produtores rurais.

Em suma, a análise de correlação dos constructos revelou padrões significativos de associação entre os constructos estudados: Contabilidade do Agronegócio, Sucessão Familiar, Capacidade Absortiva e Intenção Empreendedora. Essas descobertas ressaltam a importância de considerar a interconexão complexa entre fatores individuais, familiares e organizacionais no contexto do empreendedorismo rural**.** Esses achados reforçam que a sucessão familiar no agronegócio deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, relacionado tanto a fatores gerenciais, como o uso da informação contábil, quanto a fatores individuais e comportamentais, como a aprendizagem e a intenção de empreender. Dessa forma, a correlação entre os constructos evidencia que a continuidade das propriedades rurais familiares pode depender da articulação entre informação, conhecimento, adaptação e disposição empreendedora, ainda que essas relações devam ser interpretadas com cautela, por não indicarem causalidade.

4.4 Análise de regressão

Para responder ao objetivo da pesquisa, além da correlação, se faz necessário analisar a associação entre a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora no cenário da sucessão familiar no agronegócio por meio da regressão linear múltipla, que é capaz de analisar a variação de uma variável em decorrência de outras (LOPES, 2020). Assim sendo, a Tabela 6 apresenta o resumo do modelo proposto, por meio de regressão linear múltipla, bem como o teste ANOVA.

Tabela 6 – Resumo do Modelo

R	R^2	R^2 Ajustado	Erro padrão	Estatísticas de mudança					
				Md. R^2	Md. F	df1	df2	Sig. Md. F	Durbin-Watson
,445[a]	,198	,178	0,9259	,198	10,192	3	124	,000	1,829

ANOVA[a]

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
Regressão	26,214	3	8,738	10,192	,000[b]
Resíduo	106,313	124	0,857		
Total	132,527	127			

[a.] Variável Dependente: SFR.
[b] Preditores: (Constante), IE, CR, CAI.
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na Tabela 6, ao analisar o coeficiente de determinação, observa-se que as variáveis Intenção Empreendedora (IE), Contabilidade do Agronegócio (CR) e Capacidade Absortiva Individual (CAI) explicam 19,8% da variabilidade da Sucessão Familiar Rural (SFR). Ao considerar o R² ajustado, esse poder explicativo reduz para 17,8%, indicando que menos de 20% da variabilidade da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes incluídas no modelo. Embora o percentual de explicação seja baixo, o resultado sugere que os constructos analisados possuem contribuição parcial para a compreensão da sucessão familiar rural, mas não esgotam sua explicação. Assim, a sucessão deve ser interpretada como um fenômeno multidimensional, influenciado também por fatores familiares, econômicos, patrimoniais, emocionais, culturais, territoriais e institucionais que não foram incluídos nesta análise.

No que se refere às estatísticas de mudança, as variáveis independentes IE, CR e CAI melhoraram o poder de previsão da SFR em 19,8%. Como a significância da mudança foi de 0,000, ou seja, p-valor < 0,05, o modelo com preditores apresentou ajuste estatisticamente diferente do modelo sem preditores, conforme os parâmetros indicados por Lopes et al. (2020). Dessa forma, entende-se que a inclusão dos constructos analisados contribuiu para melhorar a explicação da sucessão familiar rural no contexto investigado.

No que tange ao teste de Durbin-Watson, utilizado para verificar a autocorrelação dos resíduos no modelo de regressão, os valores variam entre 0 e 4, sendo que valores próximos de 2 indicam ausência de autocorrelação (GUJARATI, 2006). Neste estudo, o valor encontrado foi de 1,829, considerado adequado por estar próximo de 2, conforme indicado por Lopes (2020). Assim, não foram identificados indícios de autocorrelação dos resíduos.

A Tabela 6 também apresenta o teste ANOVA do modelo de regressão. O resultado evidenciou significância estatística, com F = 10,192 e p-valor = 0,000, indicando que o modelo com as variáveis independentes IE, CR e CAI contribui para explicar a variação da Sucessão Familiar Rural. Portanto, embora o poder explicativo seja limitado, o modelo é estatisticamente significativo e permite analisar a contribuição dos constructos investigados para a compreensão da sucessão familiar rural. Em seguida, a Tabela 7 apresenta os coeficientes do modelo para SFR.

Tabela 7 – Coeficientes[a] do modelo de sucessão

Modelo	B	Erro padrão	β	t	Sig.	Tolerância	VIF
Dependente	1,899	1,278	—	1,485	0,140	—	—
CR	-0,599	0,173	-0,282	-3,452	0,001	0,969	1,032
CAI	0,238	0,244	0,093	0,975	0,331	0,713	1,402
IE	0,751	0,221	0,319	3,396	0,001	0,731	1,368

[a] Variável Dependente: SFR.
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Destaca-se, por meio da Tabela 7, que a Contabilidade do Agronegócio (CR) apresentou influência negativa e significativa sobre a Sucessão Familiar Rural (SFR), com coeficiente não padronizado B = -0,599, coeficiente padronizado β = -0,282, t = -3,452 e significância de 0,001 (p-valor < 0,05). Esse resultado indica que, na amostra investigada, maiores níveis atribuídos à Contabilidade do Agronegócio estão associados a menores níveis de Sucessão Familiar Rural no modelo analisado. No entanto, esse achado não deve ser interpretado como ausência de importância da contabilidade, mas como um indicativo de que a forma como ela é utilizada ou percebida pelos produtores pode ainda não estar suficientemente alinhada às demandas do processo sucessório.

À luz da TRI, a informação contábil somente cumpre sua função quando é útil, compreensível e capaz de influenciar decisões dos usuários. Assim, a relação negativa encontrada pode indicar que a Contabilidade do Agronegócio, quando percebida de forma mais fiscal, técnica ou burocrática, pode não exercer plenamente

seu potencial como ferramenta de apoio ao planejamento sucessório. Nesse sentido, o resultado reforça a necessidade de adaptação da contabilidade à realidade das propriedades rurais familiares, tornando-a mais acessível, gerencial e voltada à continuidade da atividade rural. Para Crepaldi (2019), a Contabilidade do Agronegócio ainda é uma ferramenta gerencial pouco utilizada pelos usuários finais, sendo frequentemente percebida como complexa e de baixo retorno prático, o que pode ajudar a compreender a relação negativa observada.

Além disso, a Intenção Empreendedora (IE) apresentou influência positiva e significativa sobre a Sucessão Familiar Rural, com B = 0,751, β = 0,319, t = 3,396 e significância de 0,001 (p-valor < 0,05). Esse achado indica que produtores com maior disposição para manter, desenvolver ou inovar na atividade rural tendem a apresentar maior associação com o processo sucessório. Sob a ótica da TCP, esse resultado é coerente, uma vez que a intenção é compreendida como antecedente relevante do comportamento (AJZEN, 1991). Dessa forma, a intenção empreendedora pode favorecer o envolvimento dos produtores e sucessores com a continuidade da propriedade familiar. Esse entendimento também se aproxima de Liñán e Chen (2009), ao tratarem a intenção empreendedora como uma predisposição comportamental para assumir e desenvolver ações empreendedoras.

Todavia, a Capacidade Absortiva Individual (CAI) não apresentou influência significativa sobre a Sucessão Familiar Rural, com B = 0,238, β = 0,093, t = 0,975 e significância de 0,331 (p-valor > 0,05). Dessa forma, a CAI não foi interpretada como preditora significativa da sucessão familiar rural no modelo analisado. Esse resultado sugere que a capacidade de reconhecer, assimilar e aplicar novos conhecimentos, embora relevante para processos de aprendizagem, adaptação e inovação, não explicou diretamente a sucessão familiar rural nesta amostra. Assim, a capacidade absortiva pode estar mais associada a dimensões indiretas do processo sucessório, como aprendizagem gerencial, adaptação produtiva e intenção empreendedora, do que à sucessão em si.

Complementarmente, referente à tolerância e ao VIF, não foram verificados problemas de multicolinearidade, pois os valores de tolerância foram superiores a 0,10 e os valores de VIF foram inferiores a 10, conforme recomendado por Montgomery, Peck e Vining (2012). Especificamente, os valores de VIF foram de 1,032 para CR, 1,402 para CAI e 1,368 para IE, indicando ausência de alta correlação entre as variáveis independentes.

Dessa forma, por meio da regressão linear múltipla, verificou-se que a Contabilidade do Agronegócio e a Intenção Empreendedora foram preditoras significativas da Sucessão Familiar Rural, enquanto a Capacidade Absortiva Individual não apresentou significância estatística no modelo. O modelo geral foi estatisticamente significativo (F = 10,192; p < 0,001; R^2 = 0,198), indicando que os constructos analisados contribuem parcialmente para explicar a sucessão familiar rural. No entanto, considerando que o modelo explica menos de 20% da variabilidade da SFR, reforça-se que a sucessão familiar no agronegócio deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, influenciado também por fatores familiares, patrimoniais, geracionais, culturais e contextuais.

Com base nos resultados obtidos, é possível inferir que a Contabilidade do Agronegócio e a Intenção Empreendedora desempenham papéis relevantes, mas distintos, na sucessão familiar rural. Enquanto a Intenção Empreendedora se apresenta como um elemento favorável à continuidade e à inovação nas propriedades rurais, a relação negativa da Contabilidade do Agronegócio sugere a necessidade de sua ressignificação como ferramenta gerencial. Nesse sentido, os achados indicam que a contabilidade pode contribuir para o processo sucessório quando suas informações são compreendidas, apropriadas e utilizadas pelos produtores e sucessores no planejamento da continuidade da propriedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre a Contabilidade do Agronegócio, a capacidade absortiva e a intenção empreendedora no cenário da sucessão familiar no agronegócio. A partir dos resultados obtidos, entende-se que o objetivo foi alcançado, uma vez que foi possível identificar como esses constructos se associam e em que medida contribuem para explicar a sucessão familiar rural na amostra investigada.

Os achados evidenciam que a sucessão familiar no agronegócio não pode ser compreendida apenas como a transferência da propriedade ou da gestão entre gerações. Trata-se de um fenômeno multidimensional, que envolve aspectos gerenciais, comportamentais, familiares e contextuais. Nesse sentido, o estudo demonstra que a intenção empreendedora se apresenta como um fator favorável ao processo sucessório, indicando que produtores com maior disposição para manter, desenvolver e inovar na atividade rural tendem a apresentar maior alinhamento com a continuidade da propriedade familiar.

Por outro lado, a Contabilidade do Agronegócio apresentou relação negativa com a sucessão familiar rural no modelo analisado. Esse resultado não deve ser interpretado como ausência de importância da contabilidade, mas como um indicativo de que sua forma de utilização no contexto pesquisado pode ainda

não estar suficientemente alinhada às necessidades do processo sucessório. Assim, o achado sugere que, quando percebida apenas como instrumento fiscal, burocrático ou pouco acessível ao produtor e aos sucessores, a contabilidade pode não exercer plenamente seu potencial como ferramenta gerencial. Dessa forma, uma contribuição importante do estudo está em evidenciar a necessidade de adaptação da Contabilidade do Agronegócio às realidades das propriedades rurais familiares, tornando-a mais compreensível, prática e voltada ao planejamento da continuidade do negócio.

A capacidade absortiva, embora tenha apresentado associação com outros constructos, não se mostrou significativa na explicação direta da sucessão familiar rural no modelo de regressão. Esse resultado indica que a capacidade de reconhecer, assimilar e utilizar novos conhecimentos pode estar mais relacionada a processos de aprendizagem, inovação e intenção empreendedora do que diretamente à sucessão. Assim, o estudo contribui ao demonstrar que a aprendizagem e a absorção de conhecimento, isoladamente, podem não ser suficientes para explicar a continuidade familiar no campo, sendo necessário considerar também fatores como interesse do sucessor, estrutura familiar, patrimônio, oportunidades econômicas, vínculo com a atividade rural e planejamento sucessório.

O diferencial desta pesquisa está na análise integrada entre Contabilidade do Agronegócio, capacidade absortiva, intenção empreendedora e sucessão familiar rural. Ao reunir esses constructos em um mesmo modelo, o estudo amplia a compreensão sobre os fatores que se relacionam à continuidade das propriedades rurais familiares, evidenciando que a sucessão não depende apenas de instrumentos gerenciais, nem apenas de características comportamentais dos produtores, mas da articulação entre informação, aprendizagem, disposição empreendedora e contexto familiar.

Como contribuição teórica, a pesquisa avança ao aproximar a literatura da contabilidade do agronegócio, capacidade absortiva e intenção empreendedora do debate sobre sucessão familiar no agronegócio. Os resultados reforçam que a sucessão deve ser tratada como um processo complexo e multidimensional, o que ajuda a explicar o baixo poder explicativo do modelo. Como contribuição prática, os achados indicam que produtores, sucessores e profissionais contábeis precisam desenvolver formas mais acessíveis e gerenciais de utilização da contabilidade, de modo que ela auxilie no planejamento patrimonial, na análise da viabilidade econômica da propriedade e na preparação da próxima geração. Além disso, o fortalecimento da intenção empreendedora pode favorecer a permanência e o engajamento dos sucessores na atividade rural.

Do ponto de vista social, o estudo contribui ao evidenciar a importância de estratégias que promovam a continuidade das propriedades familiares, a permanência dos jovens no campo e a sustentabilidade econômica e social das comunidades rurais. A sucessão familiar, quando planejada e apoiada por informações gerenciais, pode contribuir para a manutenção das atividades produtivas, para a preservação dos vínculos familiares e para o desenvolvimento rural.

Como limitação, destaca-se que o modelo analisado explicou menos de 20% da variabilidade da sucessão familiar rural, indicando que outros fatores não contemplados nesta pesquisa também influenciam esse processo. Além disso, a amostra foi composta por produtores vinculados a dois escritórios de contabilidade da região oeste do Rio Grande do Sul, o que restringe a generalização dos resultados para outros contextos. Assim, estudos futuros podem incluir variáveis familiares, patrimoniais, geracionais, culturais, emocionais, territoriais e institucionais, bem como adotar abordagens qualitativas ou mistas para compreender de forma mais aprofundada as percepções de produtores e sucessores. Também se recomenda investigar como a Contabilidade do Agronegócio é efetivamente utilizada no cotidiano das propriedades e de que forma pode ser adaptada para apoiar o planejamento sucessório.

Dessa forma, conclui-se que a sucessão familiar rural exige mais do que a continuidade produtiva entre gerações. Ela demanda intenção empreendedora, capacidade de adaptação, planejamento e informações gerenciais que façam sentido para a realidade do campo. Nesse processo, a Contabilidade do Agronegócio pode exercer papel relevante, desde que seja apropriada pelos produtores e sucessores como instrumento de apoio à decisão, e não apenas como obrigação formal.

Trabalho apoiado pela FAPERGS/2024.

REFERÊNCIAS

ABDALA, R. G.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Family farm succession: evidence from absorptive capacity, social capital, and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.235777. Acesso em: 12 ago. 2024.

ALCÂNTARA, N. de B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O processo de sucessão no controle de empresas rurais brasileiras: um estudo multicasos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, 2014. Disponível em: https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/789. Acesso em: 12 ago. 2024.

ANDRADE FILHO, S. T. de. **Organização do controle societário na sociedade familiar**. São Paulo: Almedina, 2015.

BERNARDI, Bruna. **Determinantes de contabilidade, intenção empreendedora e capacidade de absorção individual no processo de sucessão familiar rural**. 2024. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

BERNARDO, E. G.; RAMOS, H. R.; VILS, L. Overview of Scientific Production in Rural Entrepreneurship: A Bibliometric Study. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, São Paulo, SP, v. 8, n. 1, p. 102–125, 2019. DOI: 10.14211/regepe. v8i1.1165. Disponível em: https://regepe.org.br/regepe/article/view/1165. Acesso em: 12 aug. 2024.

BINOTTO, E.; NAKAYAMA, M. K.; SIQUEIRA, E. S. A criação de conhecimento para a gestão de propriedades rurais no Brasil e na Austrália. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 681-698, out. 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000400004 Acesso em: 12 aug. 2024.

BITTENCOURT, D. M. C. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. EMBRAPA, 2020.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 26-37, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.03. Acesso em: 12 aug. 2024.

BÜHLER, P.; OLIVEIRA, L. de. Revisão de Literatura Sobre Holding Familiar e Sucessão Rural. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 29, n. 2, p. 415-442, abr. 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.388.126625 Acesso em: 12 aug. 2024.

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Capacidade de absorção: uma nova perspectiva sobre aprendizagem e inovação. **Ciência administrativa trimestral**, v. 35, n. 1, p. 128-152, 1990. Disponível em: https://doi.org/10.2307/2393553 Acesso em: 12 aug. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG EC - Estrutura Conceitual 2019**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTGEC.pdf Acesso em: 12 aug. 2024.

COSTA, L. S. P.; NUNES, S. C.; GRZYBOVSKI, D.; GUIMARÃES, L. de O.; ASSIS, P. A. X. De Pai para Filho: A Sucessão em Pequenas e Médias Empresas Familiares. **Contabilidade Gestão e Governança**, Brasília-DF, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/696. Acesso em: 12 ago. 2024.

COUTO, C. L. P.; MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. Medição da Intenção Empreendedora no Contexto Brasileiro: desafios da aplicação de um modelo internacional. **EnANPAD - Encontro Nacional da ANPAD**, 34, Rio de Janeiro, 2010.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade do Agronegócio**. São Paulo: Atlas, 2019.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade do Agronegócio: uma abordagem decisorial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DANTAS, C. M. B.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F.; TORQUATO, J.; MACEDO, J. P. A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 30, p. e165477, 2018. DOI 10.1590/1807 0310/2018V30165477. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477.

FARIA, D. C. de; OLIVEIRA, R. de C. A. Planejamento Empreendedor no Agronegócio: Entrepreneurial Planning in Agribusiness. **Brazilian Journal of Business**, *[S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 847–857, 2023. DOI: 10.34140/bjbv5n2-006. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/59754. Acesso em: 12 ago. 2024.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Predicting changing behavior:** The reasoned action approach. 1st ed. Psychology Press, 2010.

FLAVIANO, V. et al. Empreendedorismo rural: Olhares em contextos diversos. **Revista Conexão UEPG**, v. 15, n. 3, p. 301-309, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i3.0010. Acesso em: 10 jun. 2024.

FONTOURA, F. B. B.; SILVA, L. C. A.; SILVA, M. da; DEPONTI, C. M. Diversificação da produção rural: Em busca de alternativas para a gestão econômica e financeira na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 128-148, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3895/rbpd.v11n1.11017. Acesso em 15 mai. 2024.

GILSON, I. K.; GILSON, I. A.; SILVA, W. M. da. Sucessão no agronegócio: Um estudo de caso do cenário nacional brasileiro. **Revista Biodiversidade**, v. 21, n. 1, p. 155-171, 2022. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/13636. Acesso em 12 abr. 2024.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. Elsevier Editora Ltda., 2006.

HAIR Jr., J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR Jr., J. F.; GABRIEL, M. L. D. da S.; PATEL, V. K. Modelagem de equações estruturais baseada em covariância (CB-SEM) com o AMOS: Orientações sobre a sua aplicação como uma ferramenta de pesquisa de marketing. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, p. 44-55, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2718. Acesso em 10 abr. 2024.

HECKE, A. P. **A intenção empreendedora dos alunos concluintes dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis das instituições de ensino de Curitiba - PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25849 Acesso em 20 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa da pecuária municipal**. 2021. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/rio-grande-do-sul. Acesso em 10 jan. 2024.

KAPLAN, R. Management accounting: Development of new practice and theory. **Management Accounting Research**, v. 5, p. 247-260, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.1006/mare.1994.1015 Acesso em 12 abr. 2024.

KEATING, N.; LITTLE, H. Choosing the successor in New Zealand family farms. **Family Business Review**, v. 10, n. 2, p. 157-171, 1997. DOI: https:// doi/10.1111/j.1741-6248.1997.00157.x.

KRÜGER, C. et al. Contabilidade do Agronegócio: Avaliação econômica de um sistema de produção leiteira em confinamento. **Revista De Contabilidade Dom Alberto**, v. 10, p. 221-246, 2020. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1957. Acesso em 10 abr. 2024.

KRÜGER, C. et al. Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 3, e263003, p. 1-23, 2023a. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263003. Acesso em 10 jun. 2024.

KRÜGER, C. et al. Sucessão familiar e contabilidade na atividade rural: Uma análise em um condomínio rural. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2023b. Disponível em: https://doi.org/10.17765/2176-9168.2023v16n1e9845. Acesso em 09 jul. 2024.

KRÜGER, C. et al. Sucessão familiar na atividade rural: Capacidades de absorção e contabilidade. **Revista GESTO: Revista de Gestão Estratégica de Organizações**, v. 10, n. 2, p. 127-149, 2022a. Disponível em: https://doi.org/10.31512/gesto.v10i2.1011. Acesso em 10 jun. 2024.

KRUGER, S. D. et al. Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, v. 25, n. 4, p. 84-99, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5902/2318179631652. Acesso em 04 jun. 2024.

KRUGER, S. D.; CECCHIN, R.; MORES, G. de V. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. **Custos e Agronegócio On Line**, v. 16, n. 1, p. 276-295, 2020. Disponível em: http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v16/OK%2012%20continuidade.pdf Acesso em 05 jun. 2024.

LIÑÁN, F.; CHEN, Y. W. Development and cross-cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 33, n. 3, p. 593-617, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2009.00318.x. Acesso em 05 jun. 2024.

LOPES, L. F. D.; et al. Analysis of well-being and anxiety among university students. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 3874, p. 1-23, 2020. doi: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7312407/ Acesso em 05 jun. 2024.

LOWIK, S.; KRAAIJENBRINK, J.; GROEN, A. The team absorptive capacity triad: A configurational study of individual, enabling, and motivating factors. **Journal of Knowledge Management.** University of Twelve: Faculty of Behavioural, Management and Social Sciences, v. 10, n. 5, p. 1083-1103, 2016.

MARION, J. C. **Contabilidade do Agronegócio:** Agrícola, pecuária e imposto de renda. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MICHEELS, E. T.; NOLAN, J. F. Examining the effects of absorptive capacity and social capital on the adoption

of agricultural innovations: A Canadian Prairie case study. **Agricultural Systems**, v. 145, p. 127-138, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.agsy.2016.03.010. Acesso em: 12 ago. 2024

MONTGOMERY, D. C.; PECK, E. A.; VINING, G. G. **Introduction to Linear Regression Analysis**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.

MUNZLINGER, A.; et al. A capacidade absortiva individual é preditora da intenção empreendedora na sucessão familiar de propriedades rurais? **Interciencia**, v. 46, n. 2, p. 65-71, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMR200045. Acesso em 10 maio. 2024.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, e240128, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128. Acesso em 10 jun. 2024.

NODARI, F. **A relação entre o compartilhamento de conhecimento e o desempenho organizacional, mediada pela capacidade absortiva**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. S.; et al. Contabilidade na atividade rural: Ativos biológicos e produtos agrícolas. **Pesquisa & Educação a Distância**, v. 1, n. 29, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18696/reunir.v13i1.1313. Acesso em 03 jul. 2024.

PAIVA, L. E. B. *et al*. Influência da sustentabilidade e da inovação na intenção empreendedora de universitários brasileiros e portugueses. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, p. 732-747, 2018.

PASSOS, É.; et al. **Família, família, negócios à parte:** Como fortalecer laços e desatar nós na empresa familiar. São Paulo: Gente, 2006.

PORTELA, F.; VESENTINI, J. W. **Êxodo rural e urbanização**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009.

RAMOS, P. H. B.; CARRER, C. da C. Decisão multicritério: Priorização de ideias inovadoras no contexto do agronegócio–um estudo de caso “Startup in School”. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 14, n. 3, p. 54-72, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.6034/rmpe.v14i3.1408. Acesso em 03 jul. 2024.

ROSA, C. V. P.; FRISKE, H. L. Sucessão familiar e a importância do planejamento sucessório. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 17, n. 66, p. 1-11, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.14295/idonline.v17i66.3780. Acesso em 13 mar. 2024.

SANTOS, C. C. dos; et al. A capacidade de absorção individual é um preditor da intenção empreendedora na sucessão familiar de propriedades rurais? **Interciencia**, v. 46, n. 2, p. 65-71, 2021a. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/339/33966129003/html/. Acesso em 10 ago. 2024.

SANTOS, C. C. dos; et al. Capacidade absortiva individual e intenção empreendedora em sucessores de propriedades rurais. **BATER - Revista de Administração Mackenzie**, v. 21, n. 3, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMR200045. Acesso em 03 jul. 2024.

SANTOS, P. dos; et al. Análise da capacidade absortiva individual em estudantes em nível de curso superior. **DESTARTE**, v. 10, n. 1, p. 133-159, 2021b. Disponível em: https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/destarte/article/view/314 Acesso em 03 jul. 2024.

SANTOS, R. dos; KIELING, R. I. A atuação do jovem nas cooperativas e a sucessão familiar no agronegócio: O caso do programa aprendiz cooperativo do campo na Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo. **Revista Pleiade**, v. 14, n. 30, p. 48-60, 2020. Disponível em: https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/656/741. Acesso em 03 mar. 2024.

SCHNEIDER, C. O.; GODOY, C. M. T.; WEDIG, J. C.; VARGAS, T. de O. Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações (Campo Grande)**, [S. l.], v. 21, n. 2, 2020. DOI: 10.20435/inter.v21i2.2560. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2560 Acesso em 10 jan. 2024.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO – SAPPSI. **PIB por segmento**: Alegrete é o maior PIB da agropecuária do RS pelo segundo ano consecutivo. 2022. Disponível em: https://www.arrozeirosdealegrete.com.br/alegrete-e-o-maior-pib-da-agropecuaria-do-rs-pelo-segundo-ano-consecutivo-2/. Acesso em 13 jan. 2024.

SOUZA, D. S.; et al. Contabilidade do Agronegócio: A importância da contabilidade aplicada aos pequenos produtores rurais. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 6, n. 1, p. 95-95, 2020. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/7681. Acesso em 13 jul. 2024.

TOMEI, P. A.; SOUZA, D. A. A. L. A. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 13, n. 3, p. 107-122, 2014. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331232580009 Acesso em: 15 jan. 2024.

TORRES, T. B.; et al. Capital intelectual e sua relação com indicadores de rentabilidade em empresas do setor elétrico listadas na B3. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 25, n. 45, p. 128-149, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.48075/csar.v25i45.31445. Acesso em: 10 jan. 2024.

WARD, J. L. **Perpetuating the family business:** 50 lessons learned from long-lasting, successful families in business. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

WARD, J. L. The special role of strategic planning for family business. **Family Business Review**, v. 1, n. 2, p. 105-117, 1998.

ZAHRA, S.; GEORGE, G. Absorptive capacity: A review, reconceptualization, and extension. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 185-203, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.2307/4134351. Acesso em: 10 jan. 2024.